I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
VII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
IX SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

17 a 20 setembro 2025

Políticas Públicas Educacionais no contexto da América Latina: desafios, resistências e perspectivas

Departamento de Educação DEDC-CAMPUS XII Guanambi | UNEB Universidade do Estado da Bahia | NUPE Núcleo de Pesquisa e Extensão | PPGEduF Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: O PAPEL DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO COMBATE À LGBTFOBIA NAS ESCOLAS

Natan Cunha Fernandes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, BA, Brasil
natancfer@gmail.com
Sueli Vilasboas Sousa
Universidade do Estado da Bahia, Caetité, BA, Brasil
suely95vilasboas@gmail.com
Ana Luiza Salgado Cunha
Universidade do Sudoeste da Bahia, Vitoria da Conquista, BA, Brasil
ana.luiza@uesb.edu.br

EIXO 3: FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ÉTNICO-RACIAL, INTERCULTURAL, DECOLONIAL, ANTIRRACISTA, FEMINISTA E AMBIENTAL NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Resumo

Este estudo analisa o papel da formação docente no combate à LGBTfobia nas escolas, destacando a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas. Apesar de a legislação brasileira (como a LDB, BNCC e PNE) prever o respeito à diversidade, o ambiente escolar ainda reproduz discriminações contra estudantes LGBTQIA+, evidenciadas por pesquisas que apontam altos índices de violência e evasão escolar entre essa população. A heteronormatividade e a falta de preparo dos professores são identificadas como barreiras centrais. Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, argumenta-se que a formação inicial e continuada deve abordar gênero e sexualidade de forma crítica, capacitando educadores para desconstruir estereótipos e promover diálogo. O estudo conclui com propostas como a inclusão da temática nos currículos de licenciatura, a criação de espaços de acolhimento e o desenvolvimento de materiais didáticos antirracista. A escola, como espaço democrático, tem o potencial de transformar realidades, desde que docentes estejam instrumentalizados para enfrentar a LGBTfobia.

Palavras-chave: Formação docente; LGBTfobia; Diversidade; Educação inclusiva; BNCC.

1 Introdução

A LGBTQIA+ é uma sigla que representa uma diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. No entanto, há um preconceito, discriminação ou violência para com as pessoas que tem orientações e identidades sexuais diferentes das tradicionais que é denominado LGBTfobia, é um problema que está presente em todos os espaços da sociedade brasileira, inclusive nas escolas.

A escola, que deveria promover diversidade e democracia, ainda reproduz LGBTfobia através de mecanismos de controle da sexualidade. Pesquisas mostram que esse cenário prejudica estudantes LGBTQIA+, levando à exclusão e evasão escolar.

Por isso, no contexto cada vez mais violento de LGBTfobia e tendo em vista a importância da escola enquanto espaço democrático e de igualdade, justifica-se a necessidade de refletir sobre a formação docente de forma urgente. As pesquisas mostram que a escola ainda não sabe como lidar da melhor maneira com os problemas que surgem a partir da LGBTfobia, que ainda é um espaço que legitima os preconceitos e discriminações contra as identidades não-heterossexuais.

De modo geral o objetivo deste estudo é analisar como a formação de professores pode contribuir para o enfrentamento da LGBTfobia no ambiente escolar. De modo específico buscou-se compreender o papel da legislação e da BNCC na orientação para práticas inclusivas e identificar desafios e lacunas na formação docente quanto às temáticas de gênero e sexualidade.

2 Referencial teórico

O texto de Candau (2008) traz o conceito de diversidade na escola abordando as diferenças existentes entre os sujeitos que compõem o ambiente escolar como as diferenças culturais, étnicas, de gênero, religiosas, linguísticas, sociais e de orientação sexual. Trabalhar a

diversidade no espaço escolar vai além de tolerar as diferenças, a autora destaca que é necessária a promoção de práticas educativas que acolham, respeitem e valorizem as diferenças.

Louro (2001) diz que a escola pode ser um espaço de resistência e transformação. Quando abre espaço para o questionamento, o debate e o compartilhamento de experiências, a escola possibilita a desconstrução de estereótipos e busca a aceitação das diferenças de gênero. Com práticas pedagógicas inclusivas, currículos mais abertos e o reconhecimento das múltiplas formas de expressar o gênero, os educadores(as) tem papel fundamental na promoção de ambientes escolares mais justos e acolhedores.

A heteronormatividade presente nas instituições educativas, de acordo Miskolci (2012) se manifesta como uma norma silenciosa, mas poderosa, que estrutura o chamado currículo oculto escolar. Assim, é expressa em práticas, valores, silêncios e omissões que tornam natural a ideia de que apenas certas formas de vivenciar o gênero e a sexualidade são legítimas.

No Brasil há algumas leis que visam garantir o respeito à diversidade e à promoção dos direitos humanos. A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 5º, garante a igualdade de todas as pessoas perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurando o direito à liberdade, à igualdade, à segurança e ao respeito à dignidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) ressalta no artigo 3º os princípios do respeito à liberdade, à tolerância, à valorização da diversidade cultural, religiosa, social e étnica, e da gestão democrática do ensino público.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também estabelece princípios fundamentais para a formação dos estudantes, com vistas a formação de cidadãos éticos, sensíveis e preparados para a vida em sociedade. O respeito e a convivência ocupam lugar central em sua abordagem sendo fundamentais para a construção de uma escola democrática e inclusiva.

Um Relatório do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (2021) destacou que entre os jovens LGBTQIA+ a taxa de evasão escolar é significativamente maior devido ao ambiente hostil e à falta de acolhimento. A pesquisa "Violência nas Escolas" do IBGE mostrou

que estudantes que se identificam como LGBTQIA+ têm maior probabilidade de relatar insegurança, tristeza e isolamento, impactando diretamente seu desempenho escolar e bem-estar emocional.

Os impactos da LGBTfobia no processo de ensino-aprendizagem são: redução do rendimento escolar, aumento da evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e redução do protagonismo estudantil. Na saúde mental gera transtornos de ansiedade e depressão, isolamento social, baixa autoestima, problemas que podem culminar em pensamentos e tentativas de suicídio.

3 Caminhos metodológicos

Este estudo foi realizado por uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir daquilo que já foi publicado, permitindo, assim, que seja utilizada uma variedade de materiais científicos disponíveis. É uma pesquisa exploratória, porque tem o objetivo de tornar o problema mais claro (Gil, 2022).

Houve a escolha pela abordagem qualitativa pois esta visa compreender criticamente os discursos e orientações legais e educacionais. Esta abordagem tem maior preocupação com o processo e seus significados do que com o uso de métodos e técnicas estatísticas (Pronadov; Freitas, 2013).

Dessa forma, foi realizada uma revisão da literatura publicada sobre gênero, sexualidade, formação docente e LGBTfobia. Também foi realizada uma análise documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

4 Dados em evidência

Observa-se que esta temática é pouco abordada nas formações iniciais dos docentes e quando ocorre é de forma bastante superficial, o que dificulta possibilidade de os profissionais lidarem na prática com as questões de gênero e sexualidade.

Embora a legislação brasileira destaque as questões do respeito e valorização das diversidades, nas práticas escolares cotidianas ainda são percebidas muitas ações que evidenciam o desrespeito, discriminação e silenciamento das identidades que são diferentes da "normalidade".

A formação continuada dos professores deve ser vista, neste contexto, como espaço estratégico para combater a LGBTfobia nas escolas, pois são os professores que por meio de suas práticas educativas podem trazer uma visibilização maior para esta temática de forma respeitosa e democrática.

O educador, a partir de uma formação bem elaborada poderá propor ações formativas, abordando o tema por meio de atividades interdisciplinares tendo em vista à valorização da diversidade e a promoção do respeito às diferenças.

5 Considerações finais

A realização deste estudo reafirma a necessidade de propor uma formação docente que preparem os professores para terem uma postura crítica e sensível quanto às questões de gênero e sexualidade. Para que isso seja possível é necessário que as políticas públicas incentivem a inclusão dessas temáticas em cursos de formação inicial e continuada dos professores em todos os níveis de ensino par que assim sejam combatidas às práticas de LGBTfobia nos espaços escolares.

A escola deve ser o espaço onde os preconceitos sejam desconstruídos por meio de ações pedagógicas cotidianas. Para isso, toda a comunidade escolar deve estar envolvida em propor uma educação livre de estigmas e discriminações.

Dentre as sugestões para o fortalecimento de práticas pedagógicas que contribuam para a promoção da cidadania LGBTQIA+ estão: a capacitação docente, a organização de espaços de escuta e partilha, a disponibilização de recursos pedagógicos a fim de facilitar o acesso a informações atualizadas e confiáveis, além da elaboração de um currículo inclusivo com práticas inovadoras de abordagem da temática.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015:** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 1-12, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Disponível em: observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

LOURO G. L. Teoria QUEER: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, ano 9, 2º sem. 2001.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PESQUISA do IBGE aponta que violência impacta saúde mental dos jovens. **Agência Brasil**, 10 set. 2021. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-09/pesquisa-do-ibge-aponta-que-violencia-impacta-saude-mental-dos-jovens. Acesso em: 5 ago. 2025.